

OS ESCRAVOS DO CEARÁ E SUAS
CONDIÇÕES DE VIDA (*)

Eduardo Diatahy B. de Menezes

Quando Eduardo Campos, gentilmente, enviou-me um exemplar do seu livro *Revelações da Condição de Vida dos Cativos do Ceará*, formulando o convite para que eu fizesse a sua apresentação — com o que só concordei a muito custo, em virtude de particular conjuntura pessoal que me assoberba de compromissos universitários, incluindo aí uma viagem ao exterior —, comecei a repassar sobre ele um olhar de relance, entre curioso e interessado. Meio de longe, como é do meu feitio, eu admirava essa capacidade que demonstra o seu Autor de conciliar sua soma de atividades administrativas, que o cargo lhe impõe, com uma fecunda inclinação a rebuscar nos arquivos (que a função lhe dispõe) os documentos que lhe servissem de suporte para revelar ou repensar dimensões de nossa realidade sócio-histórica deixadas “no injustificável clima de esquecimento e comprometedora hibernação” (p. 92); ainda que desse esforço resulte “simples caminho de modesto desbravador” (p. 94), como o faz dizer seu espírito de discrição.

Não chegaria, porém, a concordar com sua *finesse*, quando ele atribui a causa desse esquecimento por parte de estudiosos cearenses “à pressa com que, possivelmente, se envolveram com o assunto” (p. 94). Certamente o Autor está consciente das razões mais profundas que explicam esse aparente

(*) CAMPOS, Eduardo: *Revelações da Condição de Vida dos Cativos do Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1982.

descaso e todos sabemos de sobra a que operações ideológicas produtoras de significações distorcidas e de ocultações de interesses são submetidas a reconstituição e a interpretação de nosso percurso como povo e nação por uma historiografia patrioteira e heroificante, onde não há lugar para as classes oprimidas.

É impossível evitar que tais reflexões acudam ao espírito ao ler este livro de Eduardo Campos; como não é possível deixar de lembrar o clamor de Capistrano de Abreu, em carta a João Lúcio de Azevedo: "A mim preocupa o povo, durante três séculos, capado e recapado, sangrado e ressangrado..." (1)

Todavia, desse justo protesto certamente não padecerá a consciência da Autor, que se houve com dignidade e coragem na elaboração de sua pesquisa, sem poupar palavras ou usar meios-termos na revelação gritante das injustiças contínuas que cometiam (e para nosso pesar, cometem ainda) nossas classes dominantes.

* * *

Embora não mencionado diretamente, o modelo que deve ter servido de inspiração ao trabalho que ora examino parece ter sido o estudo pioneiro de Gilberto Freyre sobre o escravo brasileiro nos anúncios de nossos jornais do século XIX (2). Eduardo Campos, contudo, nos poupou a ingente tarefa de deglutir a indigesta erudição que sobrecarrega o livro do pesquisador pernambucano. Seu livro é mais leve e se confessa claramente "sem maiores pretensões" acadêmicas (p. 7): o que não significa, porém, despido de originalidade e de argúcia. Ao contrário, o ensaio explora territórios obscuros de nossa história social e chega mesmo a avançar hipóteses que se defrontam com alguns dos mais arraigados preconceitos e dos mais ferrenhos dogmas da historiografia provinciana.

Antes, porém, de entrar nos pormenores da obra, direi, num palavra, aquilo de que se compõe o seu conteúdo geral, se é que não basta para tanto a expressividade de seu título. Aliás, nesse ponto, é de inestimável ajuda a nota de justificativa que antecede o corpo do trabalho. Com efeito, o livro é constituído de duas partes nitidamente separadas: a primei-

1) Carta de 16 de julho de 1920, *Correspondência de C. de A.* (edição org. por J. Honório Rodrigues), v. II. Rio: INL, 1954, p. 166.

2) FREYRE, Gilberto: *O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*. Recife: Imprensa Universitária, 1963. (Há uma edição posterior, na coleção "Brasíliana").

ra, a mais geral, que trata da escravidão no Ceará, problematiza e discute agudamente aspectos das condições de vida dos cativos e as características de dureza e de perversidade que presidiram às relações entre senhores e servos (contrariamente à falsa imagem de harmonia e de bondade que foi difundida por certa historiografia dominante e tradicional); e a segunda parte apresenta, fundamentalmente, o levantamento a que procedeu o Autor do noticiário e anúncios sobre fugas de escravos ou sua venda e aluguel, em nossa imprensa oitocentista, no período compreendido entre 1839 e 1880.

O Autor não aponta as razões que delimitam a época escolhida pela pesquisa. Entretanto, elas parecem evidentes a qualquer leitor atento. Na verdade, não é difícil deduzir, desde logo, que motivos de ordem prática — ou seja, o material achado na busca — o empurravam para dentro do espaço de tempo considerado. Por outro lado, o limite inferior do período parece claramente sugerido pelo momento histórico em que começa a se estabilizar a imprensa entre nós; assim como o seu limite superior parece apontado pela intensificação da campanha abolicionista e o conseqüente decréscimo na frequência de tais anúncios. Isso, porém, são conjecturas que podem muito bem carecer de fundamentos.

* * *

Mas refaço agora o meu relato inicial. Fui obrigado a largar a sua leitura pelas razões já apontadas. Quando retornei ao livro, fui tomado de irresistível impulso de percorrer um caminho inverso ao que, normalmente, faria qualquer leitor. A saber, iniciei a sua leitura atenta pela segunda parte. Desejava assim conhecer o material que o Autor havia coletado, sem estar ainda influenciado por seus comentários e pelas questões que sua argúcia levantara. Deixei-me, pois, impregnar pela copiosa amostra que o livro fornecia e que compunha uma como dolorosa e macabra litania, na recorrência quase monótona com que emergia do tempo, para configurar o mural cruento e frio, que retrata “o estilo de viver e conviver que levavam essas pobres criaturas” (p. 91).

Entreguei-me, por esse modo, ao fluxo da imaginação a fim de recompor aquela época em sua concretude, a partir dos fatos e das relações que apenas se permitem entrever: e o meu viés profissional me conduzia, inelutavelmente, para as fissuras por onde se mostram as indesejáveis feições daquela sociedade arrimada em nefando sistema de opressão

e de exploração, e que não superara ainda o extenso legado colonial.

Mas a primeira impressão que me ficou dessa leitura invertida, que procurava refazer caminhos, foi a de que esse conjunto de anúncios revelava muito mais e paradoxalmente o *ethos* cultural dos próprios senhores — em suas articulações de classe, em suas relações de parentesco e de compadrio, cobrindo extensa área do território provincial e mesmo de outras províncias, na contundência de suas normas e na aspereza de seus valores —, do que mesmo as duras condições de existência dos pobres escravos a que objetivamente se referia e sobre os quais efetivamente algo dizia; ainda quando tentava ocultá-lo, conforme notou agudamente Eduardo Campos.

Eu teria talvez a tentação de achar essas anúncios pitorescos, se não revelassem uma situação tão grotesca e desumana. No entanto, sua importância sociológica já havia sido ressaltada por Gilberto Freyre quando asseverava que tais anúncios eram interessantes “pelo que sugerem das atitudes dos anunciantes — brasileiros da cultura e da *etnia* dominantes — para com os valores físicos, econômicos, culturais — representados por indivíduos da cultura e da *etnia* dominadas”. (3) Estranhamente, porém, seu mencionado estudo não retirou do riquíssimo material de que dispunha nenhum dado relativo ao universo sócio-cultural da classe senhorial, já que centrou-se exclusivamente na produção dos diferentes ângulos da imagem dos grupos servis em suas condições de vida, tais como se inferem dos anúncios compulsados. Mas não se pode exigir de uma obra os frutos que ela não pretendeu dar.

Um ponto que merece destaque no trabalho de que me ocupo aqui foi o cuidado que teve o seu Autor de reproduzir na íntegra o texto dos anúncios dos jornais investigados. Isso enriqueceu o seu estudo de preciosas informações para os pesquisadores futuros. Desde logo, dois ou três outros pontos ferem a atenção de quem se debruça sobre esse acervo. Em primeiro lugar, parece legítima a conclusão de que os anúncios aqui arrolados não constituem o resultado global de levantamento exaustivo de todos quantos foram descobertos nos jornais examinados, no período considerado: trata-se antes de uma amostra amplamente representativa; seu Autor

3) *Op. cit.*, p. 24. Creio que por erro de impressão saiu, na frase citada; “atividades” em lugar de “atitudes”.

fica, não obstante, a nos dever pequena nota esclarecedora sobre o critério adotado para a seleção desse material. Em seguida, impressiona vivamente o leitor o significativo número de personagens de nossa história provincial envolvido no comércio de escravos e no aparato repressivo às suas fugas, sobressaindo-se dentre eles expressiva parcela de nosso clero: Major Facundo, Barão de Ibiapaba, João Cordeiro, Meton de Alencar (pai), Cel. Antônio Luiz Alves Pequeno, Cônego Antônio de Castro e Silva, João Eduardo Torres Câmara (pai do teatrólogo) João Brígido, etc. Enfim, não é difícil observar na imensa maioria dos anúncios duas regularidades opostas: quando se trata de escravo fugido, a sua descrição, quase que invariavelmente, é degradante e pejorativa, posto que minuciosa e realista como convém a uma ficha policial; quando, porém, o escravo é exposto à venda, o seu perfil é sempre elogioso e suas habilidades exaltadas. Tomo, para ilustração, dois exemplos opostos, que se acham à página 119 do texto em exame:

“Fugio do abaixo-assignado em março do corrente anno, sua escrava de nome Maria, cabra, de idade de 28 annos, cujos signaes são os seguintes: boa estatura, cabeça grande, cabellos carapinhos, sobranceiras grossas, olhos acastanhados, bocca peba, tem os dous dentes da frente empretecidos de um para o outro por estarem apodrecendo, peitos cabelludos, braços grossos e com cabellos, mãos e pés pequenos, e tem as costas limpas sem signal algum de ter sido relhada. Quem a pegar, poderá entregar na cidade do Ceará ao capitão João Colares, ou ao seu senhor, no Sítio Hortas, districto de villa União, que será bem recompensado. Hortas, 15 de novembro de 1867. Joaquim José de Vasconcellos.” (*Pedro II*, 13 de dezembro de 1867).

“Vende-se três escravas, bonitas figuras, moças robustas e habilitadas a desempenharem com agrado todo e qualquer serviço doméstico: a tratar com Luiz Ribeiro da Cunha & Sobrinhos.” (*Idem*, 12 de maio de 1868).

Em meio a cerca de 150 anúncios — estimados pela amostra de mais de uma centena da segunda parte, somada aos outros mencionados na primeira —, que fazem desfilar ante nossos olhos essa imensa galeria de humilhados e ofen-

didos, existe um único anúncio que usou de afeto para com o escravo. Esse fato singular não poderia ter passado despercebido ao olhar minudente do Autor que, efetivamente, o sublinha com destaque. É tão dissonante do conjunto o seu teor que não posso me furtar de registrar-lhe aqui o trecho final e o nome de seu responsável, o qual, em seguida às costumeiras indicações descritivas, afirma com certo espanto (p. 145):

“Sem motivo algum, para fugir, visto que era livre andar e trabalhar na rua quando lhe parecia; suspeita-se que tenha acostado a algum abarracamento onde tenha deparado algum conhecido. Recomenda-se aos srs. comissários e administradores respectivos e gratifica-se a quem der d'elle exacta noticia ou o trazer à casa, *sendo dispensavel qualquer violência* (grifado por mim). Fortaleza, 9 de janeiro de 1880. Fenelon Bomilcar da Cunha”. (*Cearense*, 11 de janeiro de 1880).

Uma indagação fica no espírito ao final da leitura dessa segunda parte: que proporção de cativos era capturada por efeito da publicidade sobre suas fugas? Provavelmente, a documentação arquivística jamais nos fornecerá uma resposta cabal. Não obstante, nada impede de fazer uma conjectura com algum fundamento: mais de 50 anos da imprensa brasileira, no século XIX, consumiram cerca da metade de seu espaço com esse abominável noticiário — o que faz supor que, indubitavelmente, ele era possuidor de terrível eficácia.

* * *

A fim de não mais estender esta apresentação que já se alonga em demasia, passo de imediato à primeira parte do estudo em apreço, a mais substantiva do ponto de vista analítico e mais interessante do ponto de vista atual, por comprometer o envolvimento pessoal do Autor na interpretação do material pesquisado, questionando abertamente velhos problemas suscitados pela escravidão no Ceará e propondo outros novos.

O livro, pois, começa com uma afirmação corajosa e fortemente verdadeira:

“A rigor não se promoveu ainda no Ceará o dimensionamento aproximado da condição de vida

de seus escravos, demorando quase todos os pesquisadores, interessados no assunto, na circunstância episódica, mas decisiva, do término do cativeiro negro. De certo modo essa opção evasioneira defendida por acentuada exaltação de intenções humanitárias acabaria — ao longo dos anos — praticamente obscurecendo, ou tornando difuso e in-característico o comportamento dos nossos escravistas, a ponto de não se poder definir ao certo — graças à omissão dos próprios historiadores do processo abolicionista — a realidade da sujeição do elemento servil do Ceará.” (p. 13)

Com efeito, a vasta historiografia moderna sobre a escravidão em geral e, mais particularmente, aquela que busca revisar as questões pertinentes a esse regime no Brasil (4) converge por inteiro nessa direção. Mas não se pensa que essa consciência crítica é recente: a linguagem e os instru-

- 4) Dentre muitos outros, poderiam ser citados: BOXER, C. R.: **Relações Raciais no Império Colonial Português**. Rio: Tempo Brasileiro, 1967; GENOVESE, Eugène: **Économie Politique de l'Esclavage**. Paris: Maspéro, 1968; GRAHAM, Richard: **Escravidão, Reforma e Imperialismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979; GORENDER, Jacob: **O Escravidão Colonial**. São Paulo: Ática, 1978; CARDOSO, Cir Flamarion S.: **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979; MATTOSO, Kátia de Queirós: **Ser Escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982; FREITAS, Décio: **Palmares — a guerra dos escravos**. Por o Alegre: Edit. Movimento, 1973; P'NSKY, Jaime: **Escravidão no Brasil**. São Paulo: Global, 1981; FIGUEIREDO, Ariosvaldo: **O Negro e a Violência do Branco** (o negro em Sergipe). Rio: José Álvaro edit., 1977; RENAULT, Delso: **Indústria, Escravidão, Sociedade** (uma pesquisa historiográfica do Rio de Janeiro no século XIX). Rio: Civiliz. Brasil./INL, 1976; QUEIROZ, Suely R. R. de: **Escravidão Negra em São Paulo** (um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX). Rio: J. Olympio/MEC, 1977; GERSON. Brasil: **A Escravidão no Império**. Rio: Pallas, 1975; ETZEL, Eduardo: **Escravidão Negra e Branca**. São Paulo: Global, 1976; BETHEL, Leslie: **A Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil**. Rio/São Paulo: Ed. Expressão e Cultura/Edusp. 1976; DEGLER, Carl N.: **Nem Preto nem Branco** (escravidão e relações raciais no Brasil e nos EE.UU.). Rio: Labor, 1976; BASTIDE, Roger: **As Américas Negras** (as civilizações africanas no Novo Mundo). São Paulo, Difel, 1974; CARNEIRO, Edson: **Ladinos e Cricules** (estudos sobre o negro no Brasil). Rio, Civiliz. Brasil., 1964; GOULART, José Alípio. **Da Palmaria ao Prêto** (castigos de escravos no Brasil). Rio: Conquista, 1971; Id.: **Da Fuga ao Suicídio** (aspectos de rebeldia do escravo no Brasil). Rio: Conquista, 1972; MOURA, Clóvis: **Rebelões da Senzala** (quilombos, insurreições, guerrilhas). Rio: Conquista, 1972; id.: **O Negro — de bom Escravo a mau Cidadão?** Rio: Conquista, 1977; COSTA, Emília Viotti da: **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: Difel, 1966; CARDOSO,

mentos teórico-metodológicos é que mudaram, já que pelo menos alguns trabalhos clássicos (5) sobre o assunto — e um deles, de 1837, é anterior mesmo ao período abarcado pela presente pesquisa — podem legitimamente ser arrolados em pé de igualdade com os estudos contemporâneos. Eis por que um especialista norte-americano na matéria pôde asseverar categórico, que a situação de nossa historiografia é ainda tão precária que o conhecimento de nosso passado foi até recentemente superficial, insatisfatório e nitidamente formal; portanto — sustenta o mesmo historiador — é praticamente impossível a compreensão mesmo de curtos segmentos da história do Brasil “sem que a própria pessoa antes construa, e sem muita ajuda de outros estudos, uma estrutura geral onde eles possam ser encaixados”. (6)

Não poderia haver mais fiel descrição antecipatória da situação com que se deve ter deparado Eduardo Campos ao proceder à realização do presente trabalho que, de certo modo, situa-se na vertente contemporânea que busca reconstituir em suas monografias a história quotidiana das populações pesquisadas. Não assiste, pois, fundamento à modéstia com que ele intitula a primeira parte do seu livro: “Escravidão no Ceará: ainda há o que contar...” Seu estudo está muito bem estruturado nas novas tradições e, portanto, caberia dizer que, tirando o episódio da Abolição, exorbitantemente incensado, tudo o mais nesse setor está por contar ou, pelo menos, começou agora a ser feito por esta e por outras investigações de que se tem notícia. (7)

Fernando Henrique: **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional** (o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul), São Paulo: Difel, 1962; e até um velho texto do período colonial (1700) poderia ser aqui mencionado: BENCI, S. J., Pe. Jorge: **Economia Crisã dos Senhores no Governo dos Escravos**. São Paulo: Grijalbo, 1977; etc.

- 5) Entre outros, destaque: BURLAMAQUI, Frederico Leopoldo César de: **Memoria Analytica a' cerca do Commercio d'Escravos e a' cerca dos malles da Escravidão Doméstica**, Rio de Janeiro: Typographia Commercial Fluminense, 1837; e MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão: **A Escravidão no Brasil — ensaio jurídico, histórico e social**, 3 vols., Rio de Janeiro, 1866.
- 6) Cf.: GRAHAM, Richard: **Escravidão, Reforma e Imperialismo**, op. cit., p. 22.
- 7) Tenho em mente dois trabalhos: o do norte-americano, professor de História na Universidade do Texas (Kingsville), Billy Jaynes CHANDLER, cujos resultados parciais estão no seu artigo: “The Role of Negroes in the Ethnic formation of Ceará: the need for a reappraisal”, **Revista de C. Sociais** (UFC), Fortaleza, v. IV, (1), 1973. 31-43, e a pesquisa que vem realizando o professor Pedro Alberto de Oliveira e Silva, da UFC.

A presente pesquisa assenta basicamente sobre dados coletados nos anúncios de 9 jornais cearenses, do século passado, cobrindo o período que vai de 1839 a 1886. A impressão que se tem é a de que o Autor preencheu, com relativo êxito, as etapas internas desse período com informações colhidas em diferentes órgãos, cuja publicação cessou ou cujas coleções estão incompletas. E como tais anúncios seguem um paradigma geral e se exprimem dentro de uma linguagem padronizada — conforme se pode constatar pelo exame de materiais referentes a outras províncias do País, no mesmo período (8) —, o procedimento da amostragem fica sobejamente validado.

Mas a sua busca não parou aí. Esse material é amplamente complementado quer por informações retiradas de outras fontes primárias — especialmente as disponíveis no Arquivo Público do Estado, tais como: códigos de posturas municipais, relatórios de Presidentes da Província, relatórios policiais, registros cartoriais, inventários, etc. —, quer de fontes secundárias que, em geral, servem de reforço para a argumentação. Gostaria ainda de destacar aqui, de passagem, o uso inteligente que fez o Autor de fontes populares, como ocorre no final do quinto capítulo: fato raro em livros dessa ordem!

Movendo-se assim nessa densa floresta de informações, Eduardo Campos vai aos poucos reconstituindo as relações de significação entre fatos e desvendando os fios condutores que lhe permitem elaborar a tessitura dos capítulos, os quais vão da cotação do mercado de escravos no Ceará até os atos de rebeldia e os crimes praticados por estes. Tudo isso, tendo que se defrontar com uma historiografia conservadora e oficial, que decretou uns tantos dogmas inexpugnáveis em relação à presença dos componentes negros em nossa formação e sobretudo no que diz respeito ao pretense comportamento submisso dos escravos e à correlata bondade dos senhores. O próprio Gilberto Freyre desliza para essa tendência, que procura abrandar as relações vigentes entre os extremos da antinomia básica de nossa sociedade no período, e que foram, no geral, duríssimas. Ao negro não se reconhecia generalizadamente o mais elementar traço de dignidade, não se lhe concedia o mais mínimo direito de cidadania, sua identidade familiar era normalmente omitida e, nos anúncios, ele era freqüentemente citado como uma "peça", entre outras mercadorias ou pro-

8) Cf.: FREYRE, Gilberto: Op. cit., *passim*.

priedades. Mesmo o paternalismo, a que faz alusão o antropólogo pernambucano, era assaz despersonalizante.

Em sua retórica grandiloqüente, Rui Barbosa recorda uma das dimensões dessa condição ao afirmar que Dante Alighieri, se tivesse vivido nesse tempo, "colocaria o vértice dos sofrimentos inexprimíveis, o círculo de seu inferno no porão de uma embarcação negreira, num desses núcleos de suplicios infindos que apenas poderia descrever a poesia sinistra da loucura". Não é tão dantesco o quadro que se depreende do estudo de Eduardo Campos, mas são fortes as tintas com que configura as condições de vida e de convivência de nossos escravos. Igualmente não são favoráveis às classes senhoriais os capítulos que se referem ao seu comportamento no que tange aos maus tratos e violências infligidos aos elementos cativos: tais classes são descritas como avaras, corruptas e despóticas em seu insaciável desejo de escravizar.

Como não é possível dar conta, numa simples resenha, de todas as questões de que se compõe a arquitetura do trabalho, destacarei para concluir alguns pontos que merecem ser comentados.

Em primeiro lugar, as inúmeras referências a estigmas físicos contidas na grande maioria dos anúncios sobre escravos fujões parecem apontar, indubitavelmente, para as sevícias praticadas neles por seus senhores, com regularidade e sem piedade. O quadro é por demais evidente e real para deixar margem à incerteza. E o Autor não se enganou ao dedicar-lhe todo o segundo capítulo e ao sublinhar o fato, inúmeras vezes, no correr do livro, bem como nos informes que oferece no IVº capítulo, significativamente intitulado: "o perfeccionismo do ato de seviciar bem". No entanto, a despeito da inegável brutalidade que presidiam a tais relações, algumas das mutilações corporais, de que eram portadores alguns de nossos escravos, possuíam significação ritual e cumpriam funções de identidade étnica conforme assinalam estudos de antropologia. Essas indicações, portanto, devem ser cuidadosamente distinguidas a fim de que se evitem confusões ou generalizações infundadas.

No capítulo Vº, contrariando a opinião largamente difundida sobre a insignificância do elemento escravo na história do Ceará, toda a argúcia do pesquisador se revela de modo mais patente quando o Autor mostra o papel que representou o negro como artífice de nossa economia agrária, para não falar das contribuições de outra ordem. Existe aí um ponto

que deve ser ressaltado: o esforço que Eduardo Campos desenvolve no sentido de construir o quadro estatístico da distribuição da mão-de-obra escrava por setor de atividade, no período de declínio do sistema servil, apoiando-se para tanto nos documentos das Juntas de Classificação, com a valiosa ajuda do professor Geraldo Nobre, diretor do Arquivo Público do Estado (cf. págs. 60 e 61.)

A significação do negro em nossa formação pode ser observada ainda, por contraste, no curioso capítulo que examina a recalcitrante persistência dos escravistas do município de Milagres, que prosseguiram em sua execrável conduta, mesmo após a Abolição da escravatura na Província. Se algo há a lamentar nesse capítulo, reside no fato de o Autor não ter sido mais ousado na sua perquirição — o que, certamente, tê-lo-ia levado a nos fornecer mais informes nessa direção.

Sem excessivo rigor, mas tanto quanto possível recorrendo à cronologia dos fatos, Eduardo Campos arrola, no último capítulo dessa primeira parte, com equilibrada minúcia, os atos de rebeldia e os crimes cometidos por esses seres escravizados, buscando todavia as raízes desses gestos no próprio chão social impiedosamente gerado pela conduta de seus senhores. Dentro de tão perversas condições de existência, impressiona sobremaneira que tais atos não tivessem sido mais numerosos e freqüentes.

Daí por que, em 1883, Joaquim Nabuco antevia com lucidez a longa tarefa histórica que restava por realizar após a abolição:

“Depois que os últimos escravos houverem sido arrancados ao Poder sinistro que representa para a raça negra a maldição da cor, será ainda preciso desbastar, por meio de uma educação viril e séria, a lenta estratificação de trezentos anos de cativeiro, isto é, despotismo, superstição e ignorância.” (9)

* * *

Não gostaria de encerrar esta apreciação sem chamar a atenção para o fato de que o alcance da pesquisa sobre esse

9) Cf.: *O Abolicionismo*. São Paulo: Inst. Progresso Edit., 1949, p. 5.

tema não pode esgotar-se apenas na indignação moral que os eventos revelados nos despertam. É mister não obscurecer sua importância mais abrangente, pois, como observa Richard Graham (10), relacionadas com a escravidão estão algumas das mais relevantes questões concernentes ao significado de nosso passado e à compreensão de nossa atual condição: de que tipo de passado o País está emergindo? Quais os enraizamentos históricos de nossas persistentes injustiças sociais? Que razões explicam o fato de que nossas relações atuais estejam carregadas de violências veladas ou manifestas? De que legado se originam os nossos valores? Que significa ser brasileiro? Que futuro tem este país?

Reconstruir a nossa história do passado não se justifica, se isso não nos faz melhores no presente.

10) Cf.: *Op. cit.*, p. 22.